

A INDÚSTRIA E O BRASIL

Uma agenda para crescer mais e melhor

SUMÁRIO EXECUTIVO



A INDÚSTRIA E O BRASIL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Armando de Queiroz Monteiro Neto

1º VICE-PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf

VICE-PRESIDENTES

Robson Braga de Andrade
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Paulo Gilberto Fernandes Tigre
José de Freitas Mascarenhas
Rodrigo Costa da Rocha Loures
Alcantaro Correa
José Nasser
Jorge Parente Frota Júnior
Francisco de Assis Benevides Gadelha
Flavio José Cavalcanti de Azevedo
Antonio José de Moraes Souza

1º SECRETÁRIO

Paulo Afonso Ferreira

2º SECRETÁRIO

José Carlos Lyra de Andrade

1º TESOUREIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

2º TESOUREIRO

Alfredo Fernandes

DIRETORES

Lucas Izoton Vieira
Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Jorge Lins Freire
Jorge Machado Mendes
Jorge Wicks Côte Real
Eduardo Prado de Oliveira
Eduardo Machado Silva
João Francisco Salomão
Antonio Rocha da Silva
José Conrado Azevedo Santos
Euzebio André Guareschi
Rivaldo Fernandes Neves
Francisco Renan Oronoz Proença
José Fernando Xavier Faraco
Olavo Machado Júnior
Carlos Antonio de Borges Garcia
Manuel Cesario Filho

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Sergio Rogerio de Castro
Julio Augusto Miranda Filho
João Oliveira de Albuquerque

SUPLENTE

Carlos Salustiano de Sousa Coelho
Telma Lucia de Azevedo Gurgel
Charles Alberto Elias



A INDÚSTRIA E O BRASIL

Uma agenda para crescer mais e melhor

SUMÁRIO EXECUTIVO

© 2010. CNI – Confederação Nacional da Indústria

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

C748i

Confederação Nacional da Indústria.

A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor:
sumário executivo / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2010.

42 p. : il.

ISBN 978-85-7957-027-8

1 Indústria - Brasil 2. Indústria – Crescimento I. Título II.
Título: uma agenda para crescer mais e melhor

CDU: 67(81)

CNI
Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9001
Fax: (61) 3317-9994
<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

06

1 ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS

08

1.1 A indústria no centro da estratégia

10

1.2 As forças do crescimento sustentado

12

2 A ESTRATÉGIA PARA O BRASIL CRESCER

16

3 A AGENDA DE COMPETITIVIDADE

20

3.1 Um retrato comparativo do Brasil no mundo

21

3.2 Enfrentando os desafios da competitividade

23

3.2.1 Segurança jurídica

24

3.2.2 Macroeconomia do alto crescimento

25

3.2.3 Tributação e gasto público

26

3.2.4 Financiamento

28

3.2.5 Relações do trabalho

29

3.2.6 Infraestrutura

30

3.2.7 Educação

33

3.2.8 Inovação

35

3.2.9 Comércio exterior

36

3.2.10 Meio ambiente

39

3.2.11 Burocracia

40

3.2.12 Micro e pequena empresa: um caso especial

41



APRESENTAÇÃO

A Indústria e o Brasil – uma agenda para o País crescer mais e melhor apresenta a aspiração da Indústria e a sua visão sobre o Brasil dos próximos quatro anos. Reafirma uma tradição, iniciada em 1998, de a Indústria estabelecer um diálogo com os candidatos à Presidência da República em torno da agenda do País.

A visão da indústria é produto de um amplo debate. A preparação da contribuição da CNI às eleições presidenciais de 2010 inicia-se no IV Encontro Nacional da Indústria, que teve como foco as prioridades para 2011-2014. Mais de 1.500 empresários participaram da definição da agenda da indústria.

Dobrar a renda *per capita* a cada 15 anos é o desafio que a indústria apresenta para o País. Esse não é um desafio impossível. Para ser atingido, o País precisa enfrentar os problemas que diminuem o nosso potencial de crescimento e desenvolver as novas competências exigidas para uma economia inovadora, de elevada produtividade e sustentável ambientalmente.

A indústria deve estar no centro da estratégia. Uma estratégia que combine mais ou menos indústria não é indiferente para o País. A indústria tem efeitos sobre a produtividade e inovação das demais atividades da economia e gera importante influência sobre o nível de atividade, emprego e exportações do País.

O foco na competitividade é o caminho para o País ter mais indústria. A prioridade das empresas é por isonomia competitiva, pela redução do Custo Brasil. A indústria gera mais agregação de valor e por isso é particularmente afetada pelas ineficiências das nossas instituições e da infraestrutura. Ter um plano de ação para corrigir os principais obstáculos à competitividade é o principal desafio para o novo governo.

Novos desafios impõem sentido de urgência. As incertezas que permanecem no ambiente internacional e a emergência de novos países competidores reforçam a necessidade de o Brasil enfrentar uma agenda que depende, fundamentalmente, de ações sob nosso controle. O ataque aos problemas de competitividade é o melhor seguro para garantir a capacidade de o País dobrar a sua renda *per capita* nos próximos 15 anos.

O Brasil não pode perder esta chance. A Indústria está comprometida em fazer com que esta oportunidade não se perca.

Armando Monteiro Neto

Presidente da CNI



ARMANDO MONTEIRO NETO
Presidente da CNI

**1 ONDE ESTAMOS,
PARA ONDE VAMOS**

As mudanças e os desafios

O Brasil mudou muito na transição para o século 21 – e mudou para melhor. Os próximos quatro anos, no período 2011-2014, serão decisivos. O País poderá crescer a taxas superiores a 5% ao ano, desde que respeite as lições sobre a importância da estabilidade, priorize a competitividade e avance na modernização das instituições econômicas e políticas.

Crescer faz toda a diferença

Nas décadas de 1980 e 1990, a renda per capita crescia, em média, apenas 0,5% ao ano. Mantendo-se esse ritmo, o País levaria 137 anos para dobrar a sua renda *per capita*. Entre 2004 e 2008, a taxa de crescimento média aumentou para 3,4% ao ano, o que, se mantido, fará com que a renda dos brasileiros dobre a cada 21 anos.

A meta: dobrar a renda *per capita* a cada 15 anos

O Brasil pode dobrar a sua renda individual média a cada 15 anos. Se o PIB anual se expandir a 5,5%, a renda *per capita* do País crescerá 4,5%. Nesse ritmo, o Brasil multiplicará por quatro sua renda média, alcançando o patamar de rendimento individual dos países mais ricos do mundo até 2040.

A questão: Como multiplicar por quatro a riqueza dos brasileiros?

Como fazer, num espaço de 30 anos, o salto da atual renda *per capita* de US\$ 10 mil para um Brasil com rendimento médio de US\$ 40 mil?

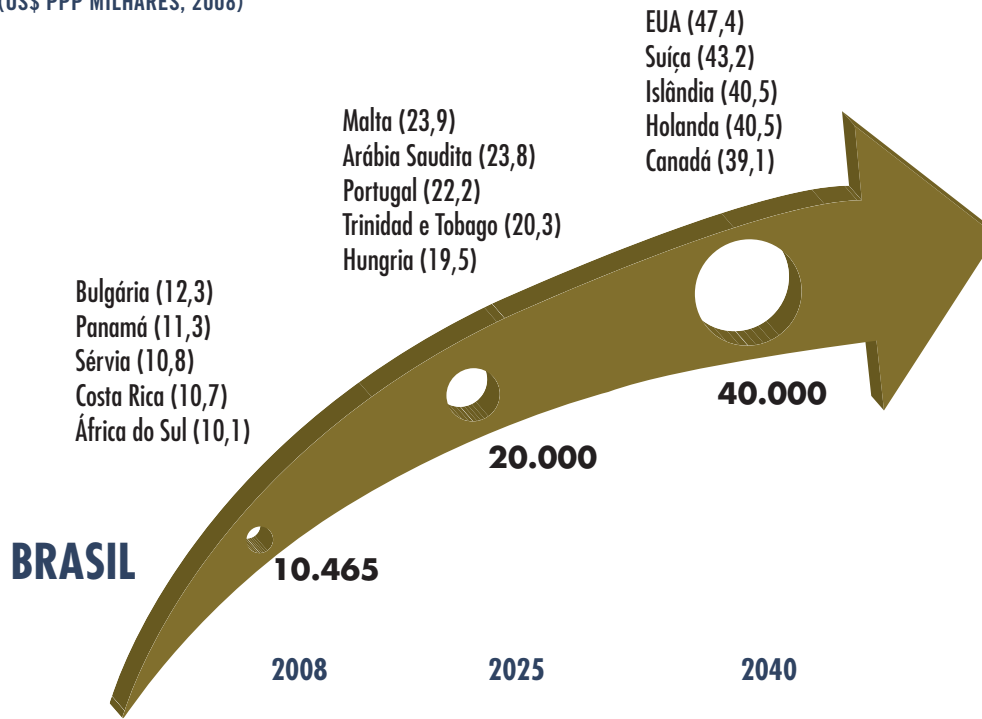
A resposta: sustentar o crescimento da renda *per capita* em 4,5% a.a. é a chave da questão.

Essa agenda detalha a nossa visão de País e o que deve ser feito.

O desafio do crescimento

O Brasil com renda *per capita* dos países mais ricos, crescendo a renda *per capita* de 4,5% a.a. em três décadas

(US\$ PPP MILHARES, 2008)



Fonte: FMI

1.1 A INDÚSTRIA NO CENTRO DA ESTRATÉGIA

Períodos de maior crescimento são liderados pelo desempenho da Indústria e dos investimentos que ela realiza. Estimular a Indústria brasileira a manter-se competitiva, diversificada e líder do crescimento econômico é o caminho para o crescimento sustentado.

O *Relatório de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas*, de 2009, destaca o fato de que países que apresentam ritmos mais expressivos – e sustentáveis – de crescimento têm a indústria manufatureira como sua maior fonte de dinamismo.

Faz diferença ter mais ou menos indústria

Não existe um modelo único de crescimento para os países. Mas, respeitadas as peculiaridades de cada um, há um padrão na trajetória exitosa do crescimento, que é a base da indústria manufatureira.

A indústria tem uma força transformadora em razão do seu impacto na produtividade global da economia. É expressiva a influência da indústria nos demais segmentos do sistema produtivo, pelo efeito multiplicador que exerce sobre o crescimento.

Um país com foco industrial tem mais atributos para o crescimento econômico

O primeiro e mais importante deles é a forte associação da atividade industrial com a tecnologia, do que decorre a necessidade premente de atualizações no ciclo de produção. Isso leva ao segundo atributo – a demanda de formação de uma mão de obra qualificada, capaz de absorver e acompanhar as mudanças na tecnologia.

O caminho para mais crescimento passa pela diversificação da produção e exportação de manufaturas

Economias como a brasileira, com renda *per capita* inferior a US\$ 20 mil, estão – segundo o Relatório das Nações Unidas – em uma fase do processo de crescimento marcado pela necessidade de diversificar a produção e agregar novos setores e novos produtos para vendê-los em novos mercados.

A fórmula do sucesso: mais tecnologia, mais sofisticação, mais valor

O Brasil precisa produzir bens e soluções mais sofisticados, que embutem mais tecnologia e melhor nível de conhecimento. Quando a renda se expande, os países em crescimento tendem a concentrar sua energia na produção de bens de maior valor agregado.

Nessa fase, a indústria manufatureira torna-se mais especializada. A produção tende a migrar da indústria de menor conteúdo tecnológico para empresas de maiores recursos em tecnologia de ponta.

O Brasil tem pela frente dois desafios, em termos de política industrial:

- Reduzir o Custo Brasil;
- Criar condições para a transformação de sua estrutura industrial.

A indústria que queremos apontará o País que teremos

Criar condições para transformar a atual estrutura industrial significa preparar-se para construir a indústria do futuro.

Parte da nova indústria será produto da melhoria do ambiente econômico que nasce da agenda de competitividade. O empreendedor responde rápido às novas condições de capital de risco, infraestrutura, tributação e desburocratização.

Mas é possível ir além. É preciso, para isso, concentração em ações seletivas, escolhendo o melhor caminho a seguir, dando prioridade aos setores com vantagem comparativa, fazendo escolhas sobre as tecnologias críticas e segmentos da ciência a desenvolver e preparando os necessários recursos humanos para a nova indústria e novas tecnologias.

1.2 AS FORÇAS DO CRESCIMENTO SUSTENTADO

Os avanços, frustrações e retrocessos do passado recente do Brasil fornecem um bom roteiro sobre o que o País precisa fazer para crescer de forma sustentada e sustentável nos próximos anos.

Para crescer mais e melhor



Manter a estabilidade macroeconômica

A convivência com a inflação elevada corrói a renda dos trabalhadores, gera incertezas nos investidores, solapa o sistema de crédito e inviabiliza o planejamento empresarial de longo prazo.

A necessidade de elevar a taxa de investimento

Taxas de investimentos elevadas são fundamentais para a sustentabilidade do crescimento. A elevação da taxa de investimento pública e privada é o principal desafio para o Brasil crescer de forma sustentada.

A importância da educação e da inovação

A educação é a base para a produtividade e inovação. Estes dois elementos estão no DNA dos casos de sucesso de empresas brasileiras que se tornaram mais competitivas nos mercados nacional e internacional.

O mercado e a segurança jurídica

Mercados competitivos são fundamentais para a economia crescer e se transformar. Isso não se constrói num ambiente de insegurança jurídica. A experiência recente do País mostra que, onde há incerteza sobre as regras do jogo, os investimentos param ou se retraem.

O acesso ao mundo: mercados e tecnologia

A economia internacional é uma importante fonte de crescimento para o País: acesso a mercado, crédito, capital de riscos, tecnologias e, crescentemente, espaços para investimentos das empresas brasileiras.

A equação do desenvolvimento sustentável

O meio ambiente é, ao mesmo tempo, uma fonte de oportunidades e de riscos. A redução das incertezas regulatórias poderá ter um impacto positivo na capacidade que o País tem de enfrentar os desafios da agenda da sustentabilidade. É possível preservar os recursos naturais e a qualidade do meio ambiente, sem inibir os empreendimentos indispensáveis para manter a qualidade de vida, de emprego, de consumo e de renda da sociedade.

Estratégia e capacidade de execução do Estado

Existe um reconhecido déficit de capacidade estratégica e de execução no Estado brasileiro. O Estado funciona melhor onde há capacidade de formulação e de planejamento, onde prevalece o profissionalismo e onde as instâncias de administração estão insuladas das influências partidárias e ideológicas.

A necessidade da contínua adaptação das instituições

Transformações econômicas, sociais, tecnológicas e demográficas pressionam por constantes adaptações das instituições. No Brasil esse processo é mais complexo por conta da constitucionalização das políticas. As mudanças mais fundamentais para o País passam pelo Poder Legislativo. As instituições judiciais e políticas também precisam modernizar-se.

2 A ESTRATÉGIA PARA O BRASIL CRESCER

Garantir a sustentação do crescimento e a transformação estrutural da Indústria

O Brasil só conseguirá sustentar um forte crescimento se contar com o suporte de uma política industrial ativa, capaz de formar um ambiente propício à inserção competitiva das empresas na economia global, aproveitando todo o extenso potencial de crescimento da produção da Indústria brasileira.

A estratégia industrial brasileira deve agir sobre as seguintes áreas principais:

a) Integração do mercado doméstico

O tamanho do mercado doméstico é um ativo o qual é reforçado pela expansão da classe média e pelo crescimento da renda nas regiões menos desenvolvidas do País. Projetos mais eficientes de infraestrutura e um melhor sistema de tributos e gastos poderão facilitar a integração desses novos mercados.

b) Internacionalização

Ações de apoio às exportações devem ser intensificadas, não apenas como recurso para expandir a demanda, mas como forma de estimular os ganhos de competitividade.

c) Inovação industrial

A inovação precisa tornar-se o centro das estratégias industriais, o que requer não apenas mais recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), mas, principalmente, investimento em capital humano. O fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação deve vir acompanhado de mecanismos redutores dos riscos associados à inovação.

d) Projetos propulsores

Fatores indutores da atividade industrial merecem atenção especial. Novas oportunidades de investimento na cadeia do petróleo se abrem com o desafio de exploração de óleo e gás na camada de pré-sal. As políticas públicas no setor habitacional estimulam o setor da construção civil.

Eventos esportivos de expressão – como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – geram perspectivas inéditas pela relevância e urgência de obras em setores estratégicos para o Brasil e suas maiores capitais, com reflexos na infraestrutura, nos transportes, na tecnologia, no turismo.

e) Economia de baixo carbono

O Brasil deve construir uma estratégia voltada para o desenvolvimento de energia limpa, produção industrial e tecnologias, com baixa emissão de carbono.

Construir as bases para a *Indústria que queremos e faremos* terá reflexos nas próximas décadas na escolha do *País que seremos e teremos*

3 A AGENDA DE COMPETITIVIDADE

3.1 UM RETRATO COMPARATIVO DO BRASIL NO MUNDO

O Brasil precisa andar mais rápido. Numa lista de avaliação de nove itens de desempenho, o Brasil ocupa o terço inferior em seis deles. Essa comparação foi feita a partir do comportamento econômico de outros 13 países – África do Sul, Argentina, Austrália, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia, Espanha, Índia, México, Polônia e Rússia.

A CNI examinou o potencial competitivo das empresas brasileiras, a partir de nove fatores:

1. Disponibilidade e custo de mão de obra;
2. Disponibilidade e custo de capital;
3. Nível tecnológico e capacidade de inovação;
4. Estrutura logística;
5. Carga tributária;
6. Ambiente macro e microeconômico;
7. Infraestrutura econômica;
8. Nível educacional da população;
9. Ambiente institucional do País.

O quadro aqui apresentado indica o posicionamento do Brasil nas ordenações relativas a cada um desses fatores e subfatores:

- a cor **verde** é utilizada quando o País está no terço de países com posição mais favorável (posições de 1 a 4);
- a cor **amarela**, quando no terço intermediário (posições de 5 a 10); e
- a cor **vermelha**, quando no terço inferior (posições 11 a 14).

Competitividade

A posição comparativa do Brasil



Países considerados: África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia, Espanha, Índia, México, Polônia e Rússia

Legenda: As cores das caixas ilustram a posição do Brasil no ranking dos 14 países. VERDE: Brasil situa-se acima da quinta posição; AMARELA: Brasil situa-se entre a quinta e a décima posição; VERMELHA: Brasil situa-se abaixo da décima posição.

Fonte: CNI.

3.2 ENFRENTANDO OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE

O estudo comparativo reforça o sentido de urgência no enfrentamento dos problemas de competitividade da economia brasileira.

A intensidade dos obstáculos a serem enfrentados emite um sinal sobre o potencial de crescimento da economia brasileira. Eles indicam crescimento contido e limitado pelo ambiente institucional.

A superação dessas barreiras poderá criar uma nova fonte de dinamismo e estabelecer as condições para um ciclo de crescimento sustentável.

A Agenda CNI para a competitividade contempla 12 áreas de atuação:

1. **SEGURANÇA JURÍDICA;**
2. **MACROECONOMIA DO ALTO CRESCIMENTO;**
3. **TRIBUTAÇÃO E GASTO PÚBLICO;**
4. **FINANCIAMENTO;**
5. **RELAÇÕES DO TRABALHO;**
6. **INFRAESTRUTURA;**
7. **EDUCAÇÃO;**
8. **INOVAÇÃO;**
9. **COMÉRCIO EXTERIOR;**
10. **MEIO AMBIENTE;**
11. **BUROCRACIA;**
12. **MICRO E PEQUENA EMPRESA: UM CASO ESPECIAL.**

3.2.1 Segurança jurídica

A Indústria e o País precisam de regras claras para crescer

A incerteza – institucional, política, pública, econômica ou jurídica – cria um ambiente negativo e improdutivo, que inibe a tomada de decisões e afugenta investimentos.

A segurança jurídica, princípio essencial do estado democrático de direito, pode ser sintetizada, na perspectiva empresarial, pela seguinte equação:

$$\begin{array}{c}
 \text{passado estável} \\
 + \\
 \text{previsibilidade das regras que regem o futuro} \\
 + \\
 \text{efetiva exigibilidade de direitos} \\
 = \\
 \text{PRESENTE DINÂMICO}
 \end{array}$$

O Estado, como produtor, executor, aplicador e garantidor do ordenamento jurídico, é o ator que mais concorre para um cenário de segurança ou de insegurança jurídica, em especial por meio das ações de seus braços de poder – Executivo, Legislativo e Judiciário.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Reforma política;
- Edição de normas complementares à Constituição Federal;
- Restrição do uso de Medidas Provisórias;
- Respeito e garantia à propriedade privada;
- Respeito ao princípio da separação dos poderes;
- Aprofundamento das mudanças na gestão do Judiciário.

3.2.2 Macroeconomia do alto crescimento

A chave do crescimento: mais investimento

A gestão macroeconômica tem um desafio: criar condições para a elevação da taxa de investimento da economia.

O ritmo de crescimento do ciclo 2004-2008 (4,8% ao ano, a taxa média do PIB) foi compatível com o investimento de 17% do PIB. A elevação para 5,5% ao ano exigirá uma taxa de investimento em torno de 22% do PIB.

Para crescer é preciso mudar a estratégia da economia

Atingir o objetivo do crescimento requer mudança nos pesos relativos dos instrumentos de política econômica. A atual equação macroeconômica tem um viés que reduz o crescimento potencial da economia, ao penalizar o setor privado.

A desejável busca da estabilidade no Brasil está assentada em uma estratégia que amplifica o peso da política monetária por não contar com a necessária contribuição da política fiscal.

Três âncoras da estabilidade

O equilíbrio macroeconômico da última década foi ancorado em três sólidos pilares: equilíbrio fiscal (superávit primário), política monetária (meta de inflação) e câmbio flexível. Essa combinação, que se caracterizou mais pelo pragmatismo do que por posturas dogmáticas, foi bem-sucedida.

É indispensável promover ajustes

O passado recente ensina: não é necessário reinventar a política macroeconômica. Mas é indispensável promover ajustes e aperfeiçoamentos na busca de uma gestão equilibrada das três vertentes – fiscal, monetária e cambial. Deve-se respeitar a interdependência dos instrumentos e deve-se buscar a coerência entre as metas, de modo a manter a estabilidade e promover o ambiente institucional favorável ao crescimento.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Aumentar a capacidade de poupança do setor público;
- Implementar um Programa de Modernização da Gestão Pública;
- Estimular o aumento da poupança das famílias;
- Manter fundamentos macroeconômicos sólidos.

3.2.3 Tributação e gasto público

A tributação brasileira é um fator de restrição ao crescimento econômico mais acelerado

O sistema tributário brasileiro é eficiente para arrecadar, mas à custa de disfunções que não estão presentes em outros sistemas tributários. Esses problemas são agravados pela elevada carga tributária, que se elevou de 25,7% para 35,8% do PIB no curto espaço de 15 anos, entre 1993 e 2008.

É preciso reformar o sistema tributário de modo que as novas regras se convertam em instrumento para a promoção do crescimento econômico. Enquanto uma ampla reforma do sistema tributário não for viabilizada, torna-se necessária a realização de correções pontuais nas regras atuais para reduzir os efeitos negativos sobre o crescimento da economia.

São muitos os prejuízos que o atual sistema tributário causa à atividade econômica:

- Não desonera completamente os bens e serviços exportados;
- Induz a criação de incentivos fiscais a produtos importados;
- Aumenta o custo e desestimula os investimentos produtivos;
- Induz a alocação ineficiente dos recursos produtivos;
- Onera as empresas e o setor público pelo custo elevado de recolhimento e de controle;

- Dificulta a harmonização com os sistemas tributários de outros países;
- Não proporciona segurança jurídica;
- Não favorece a percepção pela população do custo efetivo dos tributos, reduzindo a participação da sociedade nas discussões sobre o uso que o setor público faz de suas receitas.

Gasto público: maior eficiência e melhor composição para impulsionar o crescimento econômico

O crescimento contínuo do gasto público corrente no Brasil é um obstáculo ao alto crescimento. Além de provocar elevação da carga tributária, o aumento dos gastos tem se concentrado nas despesas correntes, em detrimento dos investimentos.

É, portanto, necessária uma revisão da dimensão fiscal do gasto público – inclusive no que se refere à Previdência Social – com a implementação de mudanças na Constituição, imposição de limites à expansão dos gastos correntes e maior eficiência na gestão pública.

Há duas frentes estratégicas para aperfeiçoar o sistema fiscal-tributário brasileiro. Em uma perspectiva de longo prazo, promover ampla reforma do sistema tributário e, em paralelo, atuar para fazer mudanças pontuais que ataquem alguns dos principais problemas do atual sistema.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

Tributação

- Unificação dos tributos sobre circulação de bens e serviços;
- Simplificação da estrutura;
- Desoneração das exportações e do investimento;
- Garantia de não cumulatividade plena na tributação sobre valor adicionado;
- Unificação dos tributos sobre a renda (Imposto de Renda e CSLL);
- Redução do número de tributos incidentes sobre a folha de pagamentos.

Gasto público

- Adotar metas fiscais para a relação Dívida/PIB e déficit público nominal;
- Criar mecanismos que limitem o aumento do gasto público corrente de modo a permitir a redução da carga tributária e o aumento da capacidade de investimento do setor público;
- Reformar o Regime Geral de Previdência Social;
- Implementar gestão orçamentária mais eficaz e reduzir a excessiva rigidez do orçamento público;
- Implantar Programa de Modernização da Gestão Pública.

3.2.4 Financiamento

As altas taxas de juros e a dificuldade no acesso ao crédito são problemas estruturais enfrentados pela Indústria brasileira, que reduzem o investimento e prejudicam a operação cotidiana das empresas.

Os entraves do crédito limitam o potencial de crescimento do País. O menor volume de financiamento compromete a expansão dos investimentos e o caixa das empresas. Encontrar uma solução eficiente para esse problema é fundamental para a retomada do crescimento sustentado.

A agenda da Indústria brasileira envolve a promoção de um cenário macroeconômico de taxas de juros reduzidas, com menor taxa básica de juros, redução da cunha fiscal sobre os juros, menos burocracia, a expansão do mercado de capitais, mais financiamento não bancário e mais segurança jurídica e regulatória.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Promover um cenário macroeconômico que conduza a taxas de juros reduzidas e compatíveis às praticadas no mercado mundial;
- Desenvolver políticas que façam com que a redução dos juros básicos da economia leve também à diminuição das taxas de juros bancárias;

- Facilitar o acesso ao crédito de forma mais igualitária e justa, beneficiando os bons pagadores, pela aprovação do cadastro positivo;
- Estimular a expansão do mercado de capitais e ampliar o acesso das empresas a formas alternativas de financiamento não bancário;
- Promover segurança jurídica e regulatória para credores, poupadores ou acionistas.

3.2.5 Relações do trabalho

O mundo do trabalho mudou nas últimas décadas. O trabalho se moderniza com os novos tempos, apresentando flexibilidade a como, quando e onde trabalhar. Cresce o trabalho temporário – intermitente, casual, por tarefa, realizado a distância, mediante acordos tácitos ou contratos padronizados.

São formas de trabalho, não de empregos. No Brasil, o trabalho mudou, mas as instituições não. A legislação trabalhista brasileira foi concebida para atender ao emprego e não ao trabalho. O atual marco regulatório limita o espaço para a livre negociação e remete todos os conflitos à esfera judicial.

Rigidez e burocracia da legislação trabalhista no Brasil

A lei trabalhista é excessivamente rígida e complexa. Esbanjamento de leis gera conflito, não solução. Há uma profusão de leis e atos administrativos gerais que, em vez de regular situações específicas, desorienta e desconcerta, gerando conflitos com outras normas.

Insegurança jurídica

A insegurança jurídica, associada às relações do trabalho, constitui também um obstáculo à sustentabilidade do crescimento e à transformação estrutural da economia brasileira. Gera passivos ocultos, decorrentes da modificação de relações e situações já consolidadas.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- **Coesão social:** criar mecanismos que ampliem as negociações coletivas, promovam diálogo tripartite efetivo e assegurem validade aos efeitos das resoluções individuais de conflitos.
- **Novas formas de trabalho:** regulamentar a terceirização, mantendo a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços e aperfeiçoar a legislação para permitir novos modos de contrato de trabalho.
- **Insegurança jurídica:** modernizar a legislação trabalhista, promover o diálogo tripartite, fazer emenda constitucional para dar ao TST o poder de modular os efeitos de suas decisões, estabelecer orientações para aplicação uniforme da lei pelos órgãos de fiscalização, regulamentar a substituição processual e manter a fiscalização nos limites da lei.
- **Custos do trabalho:** reduzir despesas de contratação que incidem na folha de pagamentos e demais custos crescentes que oneram o emprego, sendo importante ampliar tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas.

3.2.6 Infraestrutura

O Brasil investe pouco em infraestrutura: o total aplicado no País – 2% em relação ao PIB – é um terço do despendido na China e no Chile, a metade do que é gasto na Índia. A recuperação da economia brasileira, as descobertas na camada de pré-sal, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 propiciam uma oportunidade sem precedentes para avançar e investir mais na infraestrutura.

Uma agenda prioritária para alavancar a infraestrutura envolve ações nas seguintes áreas:

- a) gestão pública e burocracia;
- b) agências reguladoras e participação da iniciativa privada;
- c) transporte de cargas;

- d) energia;
- e) saneamento básico.

É necessária mais agilidade nos processos de licenciamento e licitação

Os processos licitatórios de projetos e obras devem ser modernizados com a inserção de critérios de sustentabilidade e de desempenho, reforçando o poder que as compras públicas têm em promover mudanças. A maior velocidade na execução das obras depende diretamente do aumento da eficiência do setor público.

O setor privado é essencial para a infraestrutura

A superação das deficiências do setor depende da efetiva participação do setor privado no investimento e na gestão dos serviços. A maior participação do capital privado na infraestrutura exige o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, das estruturas de gestão e de planejamento setorial.

Custos logísticos superam os dos competidores

Os custos de transporte no País, em importantes trechos logísticos, são muito superiores à média praticada no mercado mundial. Essa situação compromete o esforço de adequação do setor produtivo aos padrões de competição e de qualidade internacionais.

Há necessidade de uma reforma institucional que envolva os vários organismos setoriais, para dar agilidade à execução dos projetos, melhorar o planejamento, aumentar a intermodalidade, aperfeiçoar a gestão dos recursos e definir com mais precisão as regras e diretrizes capazes de aumentar a atração de investimentos privados.

Alto custo da energia e baixa competitividade

A disponibilidade e os custos da energia elétrica são decisivos na capacidade competitiva da indústria. No Brasil, a tarifa de energia para o consumidor industrial tem crescido acima da inflação: entre 2002 e 2007, a taxa média cresceu 21,6%. O custo da energia elétrica é caro quando comparado ao de outros países competidores.

O peso e o número de encargos setoriais explicam o crescimento da tarifa da energia elétrica cobrada no País. Além dos encargos, que têm peso médio de 12% na tarifa de energia elétrica para a indústria, a carga tributária chega a quase 40% do custo total.

Saneamento básico

A lenta expansão das redes e a baixa eficiência dos serviços trazem graves implicações para a saúde da população e para o meio ambiente. A raiz do elevado déficit e da insuficiente qualidade dos serviços encontra-se nos baixos níveis de investimento e em problemas institucionais.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- **Gestão pública:** elevar a capacidade de planejamento e execução, reduzir prazos e burocracia nos processos licitatórios, estabelecer regras claras para licenciamento ambiental.
- **Agências reguladoras:** aprovar a PEC para atuação das agências, aperfeiçoar a lei geral das agências reguladoras, observar critérios na escolha de dirigentes, definir as competências de cada órgão regulador, dar transparência aos processos de decisão e regulamentação.
- **Transporte de cargas:** reestruturar a gestão nos transportes e as administrações portuárias, profissionalizando sua gestão e saneando as empresas deficitárias, conter o excesso de contingente de trabalhadores e o contencioso trabalhista acumulado nos portos públicos, aumentar a oferta e a competição no transporte marítimo de cabotagem de cargas, reduzir os gargalos que impedem o aumento da velocidade média no transporte ferroviário, agilizar a expansão dos aeroportos e terminais de carga, concedendo à iniciativa privada a exploração de aeroportos selecionados.
- **Energia:** reduzir os encargos sobre a energia elétrica, diminuir prazos de licenciamento ambiental dos projetos, demarcar áreas das bacias com potencial hídrico na Amazônia, definir concessões que terminam a partir de 2015, implantar novas usinas nucleares, regulamentar a lei do gás natural.
- **Saneamento básico:** estruturar agências reguladoras do setor, finalizar as discussões no STF sobre a titularidade das outorgas, melhorar a eficiência na gestão das empresas de saneamento e reduzir os desperdícios.

3.2.7 Educação

A qualidade da educação é a chave para o crescimento

O crescimento da economia depende da oferta de recursos produtivos, sobretudo capital humano. O País necessita de mão de obra qualificada para poder incorporar e desenvolver novas tecnologias.

A prioridade deve ser a educação básica

A educação básica é a base do processo da formação de recursos humanos. Para aprender uma profissão e acompanhar mudanças tecnológicas é preciso que se tenha adquirido uma boa capacidade de leitura, matemática, de interpretação e de raciocínio lógico.

O País praticamente concluiu o processo de universalização da educação fundamental, porém o avanço no número de matrículas não foi acompanhado pela melhoria da qualidade. O *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica* (SAEB) aferiu poucos avanços entre 1995 e 2005. O *Programa Internacional de Avaliação do Estudante* (PISA) de 2006, organizado pela OCDE, lista o Brasil nas últimas posições.

Apesar dos vultosos esforços empregados na educação nos últimos vinte anos, as políticas em curso não vêm contribuindo para alterar os resultados. O fato de que nenhuma rede pública de ensino consegue resultados significativos e estáveis nos testes de proficiência revela que o País ainda não possui um modelo adequado de intervenção e reforma educativa. Isso sugere, portanto, a necessidade de profundas mudanças no conteúdo e na intensidade das políticas educacionais.

O estudante sai da escola despreparado para o mercado de trabalho

Do ensino médio à universidade, o sistema educacional brasileiro valoriza a formação acadêmica, desconsiderando as necessidades do mercado de trabalho em rápida transformação e da inserção produtiva de jovens e adultos.

O Brasil necessita investir na educação profissional, mas sem incorrer nos erros do passado. Não se deve procurar transformar todo o ensino médio em ensino profissionalizante. O que se deve estimular é a oferta de cursos profissionalizantes concomitantes e pós-ensino médio. O aluno precisa poder escolher o caminho mais apropriado ao seu perfil.

A educação superior deve ser mais flexível e diversificada

As instituições de nível superior no Brasil precisam ficar mais próximas do mercado de trabalho e do ambiente regional. É preciso rever a obrigatoriedade de a universidade concentrar-se em educação, pesquisa e extensão.

A instituição de educação superior deve poder optar por variar suas atividades, ofertando cursos de acordo com sua vocação, segundo os recursos disponíveis e conforme as necessidades específicas da comunidade e do mercado local de trabalho.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

Aumentar os recursos para a educação, priorizando a educação básica e a qualidade.

- Patrocinar a mobilização permanente para a qualidade na educação;
- Elaborar política de Estado para a educação com a participação de toda a sociedade;
- Qualificar e valorizar os professores;
- Rever a concepção do ensino médio;
- Cumprir a meta de redução do analfabetismo;
- Reduzir para 15 anos a idade mínima para inserção nos benefícios de Educação de Jovens e Adultos;
- Estimular parcerias dos setores público e privado para aumentar a oferta de cursos profissionalizantes;
- Estimular o ensino médio profissionalizante;
- Substituir a gratuidade da universidade pública por bolsas de estudo;
- Estimular a interação universidade-empresa;
- Adequar os conteúdos programáticos da educação superior aos requisitos da sociedade do conhecimento.

3.2.8 Inovação

Elemento central da estratégia industrial brasileira

A inovação é o grande motor do aumento da produtividade e o centro da agenda de política industrial dos países mais desenvolvidos.

É também elemento central para a estratégia industrial brasileira. O Brasil demanda um esforço ainda maior para a inovação, sobretudo por causa das características da estrutura industrial, dos custos dos fatores de produção e dos desafios da competitividade mundial.

A inovação não é apenas um exercício de vontade

É uma decisão econômica que envolve riscos para conquistar mercados. Ela depende do contexto macroeconômico – ritmo de crescimento, custo e disponibilidade de capital, câmbio, juros e tributação – e da disponibilidade de vários ativos: mão de obra qualificada, boas instituições de pesquisa, bons fornecedores, serviços técnicos e tecnológicos.

O desafio brasileiro é ampliar o número de empresas inovadoras e colocar a inovação no centro da estratégia. Inovação tem que se tornar um tema cotidiano para a maioria das empresas.

É preciso ampliar significativamente a estrutura de apoio às empresas que querem inovar, por meio de parceiros públicos e privados capazes de prestar serviços, ofertar consultoria, melhorar a gestão da inovação das empresas, assessorar na definição de estratégias e planos de inovação, implantar e medir os resultados desses planos.

Políticas públicas de apoio precisam ampliar seu alcance

São três os instrumentos clássicos de apoio governamental à inovação: incentivos fiscais, subvenção e encomendas governamentais. No Brasil, nos três casos o alcance ainda é muito limitado. O mais difundido são os incentivos fiscais, mas que ainda assim só alcançam as empresas que utilizam o regime tributário de lucro real, deixando de fora a maioria das empresas, sobretudo as pequenas e médias.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Dar amplitude e escala à agenda da inovação;
- Rever e renovar a base de incentivos à inovação e aos gastos com P&D do setor privado;
- Aumentar em 50% a subvenção em P&D do setor privado;
- Remover os obstáculos que existem na aplicação dos mecanismos de apoio ao setor privado;
- Dar prioridade à inovação nas políticas de compras do setor público;
- Ampliar o apoio à rede brasileira de serviços técnicos e tecnológicos;
- Estruturar uma agenda de inovação ampla, que vá além do apoio governamental às atividades privadas;
- Adotar normas e regras nos setores controlados, evitando que a regulação seja um empecilho;
- Estimular o desenvolvimento do subsistema financeiro de apoio à inovação;
- Modificar a forma de apoio às empresas nos instrumentos de subvenção;
- Permitir que beneficiários de incentivos utilizem os créditos tributários para além do exercício fiscal.

3.2.9 Comércio exterior

Maior participação do Brasil no comércio internacional exige instituições e regulações de qualidade mundial

O Brasil ainda subaproveita as oportunidades do comércio no mundo. O País já é a 8ª maior economia do mundo, mas ocupa apenas o 20º lugar entre os principais exportadores. E cai para o 28º lugar no mundo quando se consideram apenas as manufaturas.

O Brasil tem condições de aumentar sua participação no comércio internacional de produtos manufaturados e de se inserir nos elos de maior valor agregado das cadeias produtivas globais. Para isso precisa desenvolver instituições e regulações de qualidade mundial.

Os principais desafios do comércio brasileiro são:

- Sustentar o forte crescimento das exportações registrado nos últimos anos;
- Garantir a diversificação e crescimento das exportações industriais;
- Facilitar a internacionalização das empresas brasileiras, via investimentos externos.

As prioridades são:

No plano interno: iniciativas orientadas para a redução dos custos sistêmicos, que afetam o processo exportador e a competitividade internacional das empresas brasileiras.

No plano externo: políticas governamentais de promoção das exportações e as negociações de acordos comerciais que garantam às empresas brasileiras preferências tarifárias, além de condições estáveis de acesso e de operação nos mercados de outros países.

O País precisa de uma nova estrutura institucional para o comércio exterior e para as negociações comerciais. Atualmente há:

- Baixo grau de coordenação nas instâncias de governo na implementação de políticas e de instrumentos específicos;
- Baixo nível de convergência entre a agenda de negociações comerciais e as prioridades empresariais.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- **Nova estrutura institucional de comércio exterior:** realocar a Câmara de Comércio Exterior na Presidência da República, promover ampla reforma no sistema aduaneiro nacional, institucionalizar a interlocução entre o Executivo e o setor empresarial, adotar regulamentação no Congresso Nacional para protocolos de adesão ao Mercosul e de acordos comerciais firmados pelo Executivo brasileiro.

- **Financiamento às exportações:** coordenar ações do BNDES-EXIM e do Banco do Brasil no financiamento às exportações e criar grupo de trabalho com representantes do CONEX e Governo para discutir e avaliar o projeto de estabelecimento do Eximbank.
- **Simplificação aduaneira e desburocratização:** simplificar os procedimentos aduaneiros, racionalizar normas e regulamentos, garantir a operação ininterrupta das aduanas, unificar o horário de atendimento de agências e órgãos, ampliar o uso de documentos eletrônicos, incentivar os controles únicos, acelerar a implantação de certificados de origem digitais, aumentar a eficiência de portos e aeroportos, simplificar os regimes aduaneiros especiais.
- **Promoção comercial:** coordenar a política de promoção comercial, desenvolver programas específicos, implementar programas de fortalecimento da marca Brasil em países potencialmente relevantes.
- **Combate ao protecionismo:** manter o monitoramento de novas barreiras comerciais e que afetem as exportações brasileiras, exigir o cumprimento de regras de comércio que os parceiros assumiram na OMC ou em acordos bilaterais ou regionais com o Brasil, negociar bilateralmente e utilizar foros de solução de controvérsias disponíveis nos acordos para remover novas barreiras e evitar o uso de medidas protecionistas.
- **Acesso a mercados:** apoiar a conclusão da Rodada Doha da OMC, adotar uma agenda de negociações com prioridade de acesso a mercados, concluir acordos abrangentes de livre-comércio com o México e com países do Golfo Pérsico, aprofundar acordos comerciais com a Índia e a África do Sul, concluir a transformação da rede de acordos bilaterais assinados no âmbito da ALADI e finalizar as negociações com a União Europeia.
- **Mercosul:** implementar esforços na área de livre-comércio do Mercosul, defender os interesses das empresas brasileiras, usando meios diplomáticos ou recorrendo a mecanismos institucionais. Influenciar as políticas econômicas dos demais países do bloco, buscando maior previsibilidade e segurança jurídica para os investimentos brasileiros na região. Negociar a permissão para que os sócios adotem velocidades diferentes nas negociações externas do bloco.
- **Comércio e clima:** incorporar no acordo sobre mudanças climáticas os mecanismos que previnam a introdução de barreiras comerciais nas legislações nacionais.

- **Internacionalização das empresas:** rever e aperfeiçoar a legislação e a prática tributárias aplicáveis aos tributos de operações internacionais das empresas brasileiras. Aumentar a previsibilidade e eficácia dos acordos para evitar a dupla tributação de compromissos firmados pelo Brasil.

3.2.10 Meio ambiente

A indústria é um pilar da sustentabilidade

A indústria é uma força positiva no desenvolvimento da agenda da sustentabilidade. Esse papel poderá ser ainda maior, caso se alterem concepções de modelos de políticas e se reduza a incerteza jurídica que marca a regulação em meio ambiente.

Uma mudança necessária: a filosofia de ação

A primeira mudança a ser feita, na relação entre indústria e meio ambiente, é a da filosofia de atuação. Dá-se uma prioridade exagerada à imposição de custos e regulações, reduzindo-se o foco na parceria desejável e necessária entre poder público e indústria para a concretização do desenvolvimento sustentável.

Outra necessidade: maior segurança nas normas

O segundo desafio a ser vencido é o da redução da insegurança jurídica. A superposição de competências, o excesso de judicialização e a falta de objetividade nas normas ambientais geram custos significativos de transação para as empresas e retardam os investimentos.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- O estabelecimento de regras claras para a competência dos entes federados para o licenciamento ambiental;
- A aprovação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- A revisão do Código Florestal;

- A revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Estimular a participação do setor privado no processo de elaboração das políticas públicas sobre pagamento por serviços ambientais (PSA).

3.2.11 Burocracia

A burocracia excessiva reduz a competitividade e o potencial de crescimento do País

Aumenta o tempo de produção, os custos e desvia recursos para atividades improdutivas, além de estimular a corrupção. O tempo necessário para processar os documentos e realizar as vistorias determinadas por lei faz com que as empresas brasileiras levem mais tempo que os concorrentes de outros países para produzir e entregar a mercadoria ao consumidor, dificultando a integração a cadeias de valor e o crescimento.

Além dos custos aumentados devido ao excesso de normas, a complexidade e as mudanças frequentes geram erros no cumprimento das obrigações legais, o que resulta em custos adicionais com penalidades, recursos judiciais e correções de declarações.

A burocracia também reduz a eficiência do Estado. A fiscalização e o controle ganham prioridade sobre a eficiência e o atendimento à sociedade. Aumentam-se o número de fiscais e o custo de processamento e armazenamento das informações requeridas. O Estado se torna mais lento, dispendioso e ineficiente.

Os governos desconfiam dos cidadãos

Reduzir a burocracia depende da mudança de cultura do Estado e do funcionalismo público. Uma das razões para o Brasil ter um excesso de regulamentos e controle é a visão da desconfiança que impera no relacionamento do governo com a sociedade.

O Brasil registra vários exemplos de simplificação de procedimentos para abertura de empresas. É preciso estender essas iniciativas às demais áreas afetadas pelo excesso de burocracia. A prioridade está na legislação trabalhista,

nas obrigações contábeis, na legislação ambiental e nos procedimentos para pagamentos de tributos.

A política de redução da burocracia deve ter o efetivo comprometimento da Presidência da República. Mas um programa de redução da burocracia precisa da participação da sociedade, não pode ficar restrito ao governo.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- A redução, simplificação e unificação dos procedimentos para a autorização do exercício de uma atividade;
- A obediência ao previsto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ou seja, as normas devem ser claras e objetivas;
- A substituição da visão de desconfiança no relacionamento entre o Estado e o cidadão pela ótica do direito do cidadão e das empresas, da eficiência e do crescimento econômico;
- A criação de um programa permanente de combate ao excesso de burocracia;
- O comprometimento efetivo da Presidência da República no programa de redução do excesso de burocracia. A variedade de órgãos envolvidos exige uma ação de cima para baixo;
- A criação de mecanismo em que o Estado trabalhe em conjunto com a sociedade.

3.2.12 Micro e pequena empresa: um caso especial

As MPE, fundamentais para a economia brasileira

As Micro e Pequenas Empresas (MPE) são de vital importância para o desenvolvimento econômico do País. São numerosas e estimulam a competição e o livre mercado. Geram emprego e, por serem pequenas, são mais flexíveis e têm mais capacidade para responderem a inovações. O empreendedorismo provê ocupação, renda e cidadania para empresários e trabalhadores. Nas pequenas comunidades, as MPE são o alicerce da economia local.

As empresas de pequeno porte necessitam de políticas de apoio

O segmento enfrenta muitos desafios em suas operações, tais como dificuldade de acesso ao crédito e à informação, pouca capacitação gerencial e dificuldade para capacitar sua mão de obra. Sua vulnerabilidade ao ambiente econômico é elevada e, sozinha, a MPE não tem condições de arcar com as mudanças necessárias para fomentar seu desenvolvimento.

Pense nas pequenas primeiro

As políticas e regulamentos no Brasil têm que ser construídos tendo como base o princípio *Pense nas Pequenas Primeiro*. O princípio está explícito na Constituição Federal, mas ainda está longe de ser empregado por todos os níveis de governo.

O novo Estatuto da MPE aprovado em 2006 inaugurou uma nova etapa na defesa dos pequenos negócios. Merecem destaque tanto as inovações trazidas pela lei como a mobilização empresarial que resultou na sua aprovação e pelo amplo debate na sociedade e no Congresso.

Há, no entanto, muito a ser feito. Partes do Estatuto ainda não foram implementadas e medidas importantes ainda precisam ser construídas. Entre as medidas a serem tomadas, a simplificação da legislação trabalhista é o caminho natural na busca por um ambiente institucional favorável ao empreendedorismo.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- A adoção do princípio *Pense nas Pequenas Primeiro* por todos os entes de todos os níveis de governo;
- O aprofundamento da política de apoio a arranjos produtivos locais;
- A reavaliação dos limites de enquadramento de micro e pequenas empresas;
- A intensificação dos esforços para a efetiva simplificação e uniformização dos procedimentos de abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas;
- A simplificação dos requisitos e exigências para acesso às linhas públicas de crédito;
- O incentivo à formação de cooperativas de crédito e de aval;
- A intensificação dos usos das compras públicas como política de apoio às MPE;
- A elaboração de um “Simples Trabalhista”.

CNI
DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor Executivo

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor de Operações

Heloísa Regina Guimarães de Menezes
Diretora de Relações Institucionais

SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA – SUCORP
Unidade de Comunicação Social – UNICOM
Coordenação Técnica

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC
Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND
Normalização

Maria da Penha Oliveira Dutra
Revisão Gramatical

Artplan Comunicação
Projeto Gráfico e Editoração

Teixeira Gráfica e Editora
Impressão

